

Nota Técnica

Nº 45

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Dezembro de 2020

SELETIVIDADES NO 1º CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO

André Gambier Campos

Alexandre dos Santos Cunha



Nota Técnica

Nº 45

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

SELETIVIDADES NO 1º CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO

André Gambier Campos

Alexandre dos Santos Cunha

ipea

enamat

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas

Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ficha técnica Enamat

Diretora

Ministra Dora Maria da Costa

Vice-diretor

Ministro Walmir Oliveira da Costa

Conselho Consultivo

Ministro Douglas Alencar Rodrigues

Ministro Breno Medeiros

Ministro Alexandre Luiz Ramos

Desembargadora Flávia Simões Falcão (TRT da 10ª Região – DF/TO)

Desembargador João Carlos Ribeiro de Souza (TRT da 23ª Região – MT)

Juiz Titular de Vara do Trabalho Kleber de Souza Waki (TRT da 18ª Região – GO)

Coordenadora Administrativa

Denimar Ferreira de Menezes Noronha

Coordenador de Formação

José Valmir Santos Filho

Assessoria Acadêmica e de Pesquisa

Adriene Domingues Costa

Nota Técnica

Nº 45

Diest

Diretoria de Estudos e Políticas do
Estado, das Instituições e da Democracia

Dezembro de 2020

SELETIVIDADES NO 1º CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO

André Gambier Campos

Alexandre dos Santos Cunha

ipea

enamat

EQUIPE TÉCNICA

André Gambier Campos

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Alexandre dos Santos Cunha

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdiest45>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <<http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	7
2 METODOLOGIA	7
3 NÚMERO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CADA UMA DAS ETAPAS DO CONCURSO	9
4 EVOLUÇÃO DOS PERFIS DOS CANDIDATOS APROVADOS.....	11
5 CHANCES E PROBABILIDADES DE APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
7 BASES DE DADOS	24
APÊNDICE A.....	25

A presente nota técnica é um dos resultados da pesquisa *Seleção e recrutamento de magistrados e acesso à justiça do trabalho*, desenvolvida em conjunto pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), vinculada ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), e pelo Ipea.

O propósito deste relatório é descrever, de um ponto de vista empírico, os padrões de seletividade que delinearão os perfis dos candidatos em cada etapa do 1º Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho (doravante CPNU), organizado pela Enamat com o intuito de selecionar candidatos ao cargo de Juiz Substituto do Trabalho.

Esse concurso, cuja realização teve início em agosto de 2017, foi o primeiro da história da Justiça do Trabalho com um alcance efetivamente nacional. Até então, os concursos públicos para esse cargo sempre se caracterizaram por uma feição regional, sendo organizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho¹ (TRTs).

Diante do seu ineditismo, o CPNU surgiu como um objeto muito relevante para a compreensão dos magistrados que, essencialmente, serão os responsáveis por definir o futuro da Justiça do Trabalho nas próximas décadas.

Esta nota preocupa-se em descrever as mudanças ocorridas nos perfis sociais, educacionais e laborais dos candidatos ao longo das etapas do concurso – mudanças que revelam, em alguma medida, os diversos padrões de seletividade que orientaram a realização deste último. Isso é efetuado ao longo das seguintes seções:

- a) na seção 2, que possui um escopo metodológico, são apresentadas as fontes de informações utilizadas (sete fontes de variadas naturezas e distintas origens), bem como as técnicas de análise aplicadas (essencialmente, técnicas estatísticas bastante simples, descritivas e correlacionais);
- b) na seção 3, que objetiva apenas contextualizar a discussão, são expostos os números de candidatos envolvidos na sequência de etapas do CPNU (quantos são os inscritos, os desistentes, os habilitados e os não habilitados, os classificados e os não classificados, os aprovados e os não aprovados etc.);
- c) na seção 4, que conta com uma perspectiva latitudinal (*cross-section analysis*), são descritos atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos aprovados em cada etapa do CPNU – como, por exemplo: região geográfica de origem, sexo, idade, cor/raça, estado civil, estrato social da família, experiência laboral prévia etc.;
- d) na seção 5, que faz uso de uma perspectiva correlacional, são analisadas as chances e as probabilidades de aprovação em cada etapa do CPNU, de acordo com os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos – a ideia é verificar quais atributos foram decisivos para aumentar ou diminuir as chances e as probabilidades de aprovação em cada etapa;
- e) na seção 6, são apresentadas considerações finais, que resumem alguns dos achados empíricos mais relevantes para a compreensão dos padrões de seletividade vigentes em cada etapa do CPNU.

Acrescente-se que, ao término deste texto, no apêndice, há algumas breves considerações sobre os custos financeiros dos candidatos para a realização de cada etapa do CPNU, bem como sobre as experiências pretéritas dos candidatos com outros concursos na área jurídica (inclusive, outros concursos para a Magistratura do Trabalho).

2 METODOLOGIA

Esta nota efetua uma descrição das mudanças ocorridas nos perfis dos candidatos ao longo das etapas do CPNU. Isso envolve os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos em 2017, bem como as características de suas trajetórias laborais entre 2008 e 2017. E, para realizar tal descrição, este relatório mobiliza sete diferentes bases de dados:

- a) Registros administrativos dos candidatos inscritos no CPNU, disponibilizados pela Enamat-TST (RA/Enamat-TST);
- b) Relação Anual de Informações Sociais da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (Rais/SPT-ME);
- c) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia (CNPJ/SRF-ME);
- d) Censo Demográfico – Universo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CD/IBGE);
- e) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Anual e Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE);

1. Em que pese a Justiça do Trabalho ser um ramo federal da Justiça brasileira.

- f) Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (CNEFE/IBGE);
- g) Diretório Nacional de Endereços da Empresa de Correios e Telégrafos (DNE/ECT).

A base RA/Enamat-TST disponibiliza informações sociais e educacionais dos candidatos inscritos no CPNU, tais como região de residência, sexo, idade, cor/raça, estado civil, nacionalidade, deficiência e grau de instrução em 2017. Adicionalmente, oferece informações sobre o desempenho dos candidatos em cada etapa e no conjunto do concurso (tais como nota obtida, aprovação, concorrência por meio de vagas reservadas etc.).

A base Rais/SPT-ME proporciona informações sobre os candidatos que se inseriram no mercado de trabalho assalariado e registrado (ou seja, que obtiveram empregos formais) em algum momento entre 2008 e 2017. Há informações sociais (sexo, idade, instrução, cor/raça etc.) e laborais (setor e classificação de ocupação, espécie e duração de vínculo, tipo de instituição e endereço de trabalho, salário auferido etc.).

A base CNPJ/SRF-ME apresenta informações dos candidatos que optaram por trabalhar como pessoas jurídicas (sócios de empreendimentos como escritórios de advocacia, por exemplo) em algum momento entre 2008 e 2017. Há informações laborais como data de abertura do empreendimento, localização do empreendimento, setor de atividade do empreendimento, número de sócios do empreendimento e assim por diante.

A base CD/IBGE contém informações sobre as áreas em que residem os candidatos, no ano de 2010. A partir de uma concatenação desta base com a CNEFE/IBGE, a DNE/ECT e a própria RA/Enamat-TST, é possível chegar a informações sobre o estrato social a que pertencem os candidatos (estrato definido em termos de níveis de rendimentos prevalentes nos setores de residência de suas famílias).

Finalmente, a base PNAD/IBGE dispõe de informações laborais dos candidatos que optaram por trabalhar como pessoas jurídicas (por exemplo, como sócios advocatícios) em algum momento entre 2008 e 2017. Mais especificamente, informações sobre os rendimentos auferidos por esses candidatos, na condição de pessoa jurídica (o que não consta da base CNPJ/SRF-ME).

Há mais informações sobre essas bases de dados na seção final deste relatório (inclusive *links* de acesso a versões públicas de cada uma delas). Mas é importante sublinhar alguns aspectos:

- a) Todas as bases consistem em registros administrativos (produzidos por distintos órgãos ou entidades do Estado brasileiro, com o intuito de apoiar diretamente variadas políticas públicas). As exceções são as bases CD/IBGE e PNAD/IBGE (produzidas pelo IBGE, apenas com o intuito de coletar informações sociais e laborais sobre a população brasileira – ainda que, indiretamente, essas informações também apoiem diversas políticas públicas);
- b) Em termos de unidades de análise, todas as bases são processadas no nível mais desagregado possível (ou seja, trata-se de bases de microdados, propriamente ditas, com informações de indivíduos específicos, domicílios específicos, empreendimentos específicos etc.);
- c) Todas as bases são processadas de maneira identificada (ou seja, é possível identificar suas unidades de análise – indivíduos, domicílios, empreendimentos etc.), a partir de distintas chaves (por exemplo, o CPF dos indivíduos, o CEP dos domicílios, o CNPJ dos empreendimentos e assim por diante);
- d) Como todas as bases são processadas no nível mais desagregado, e como todas são processadas de maneira identificada, torna-se possível concatená-las em uma única base de dados, com informações sociais e laborais dos indivíduos, dos seus domicílios e dos seus empreendimentos;
- e) Todas as bases são processadas com o *software* Stata, em sua versão 14.2, por vezes fazendo uso de ferramentas como *ftools* ou *gtools*, que permitem o processamento de bases com elevado número de casos e de variáveis;
- f) Todas as informações que se referem a valores monetários (salários pagos aos empregados, remunerações auferidas pelos ocupados, rendimentos registrados nos setores de residências e outras mais) são atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (modalidade geral) do IBGE (IPCA-Geral/IBGE), para unidades monetárias (reais – R\$) de abril de 2019.

No que se refere não às bases de dados, mas sim às técnicas de análise utilizadas, pode-se dizer que elas são bastante simples e conhecidas. Por um lado, para a construção dos perfis dos candidatos aprovados em cada etapa do CPNU (em termos de atributos sociais, educacionais e laborais), as técnicas usadas são meramente as da estatística descritiva, aplicadas com uma perspectiva latitudinal. Essas técnicas resultam em distribuições de frequência de variáveis categóricas, bem como em medidas de centralidade e dispersão de variáveis numéricas (média e desvio-padrão, por exemplo).

Por outro lado, para o cálculo das chances e probabilidades de aprovação em cada etapa do CPNU, levando-se em consideração os atributos sociais, educacionais e laborais dos candidatos, as técnicas usadas são de estatística correlacional, como as regressões logísticas. Essencialmente, procura-se estimar as chances e probabilidades de cada candidato ser aprovado em cada etapa do concurso, dadas as suas características. Com as regressões logísticas, todas essas características são consideradas conjunta e simultaneamente, de forma que é possível estimar o efeito único de cada uma delas nas chances e probabilidades, excluindo-se o efeito das demais.

3 NÚMERO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CADA UMA DAS ETAPAS DO CONCURSO

Antes de entrar em uma análise específica dos padrões de seletividade vigentes no CPNU, é importante apresentar alguns números dos candidatos envolvidos em cada uma das suas etapas, o que é possível a partir dos fluxogramas 1 e 2.

Nada menos que 13.604 indivíduos efetuaram a inscrição preliminar no concurso. Todavia, 17,8% não compareceram para realizar a primeira prova (de caráter eliminatório e classificatório, composta por 100 questões objetivas de múltipla escolha, agrupadas em três blocos distintos, cada questão com cinco alternativas e apenas uma correta).

Em meio aos 82,1% inscritos que realizaram a prova objetiva, 61,7% não foram habilitados (não acertaram ao menos 30,0% das questões em cada bloco e não acertaram ao menos 60,0% do total de questões dos três blocos). Outros 10,6% foram habilitados mas não classificados (não conseguiram as melhores taxas de acertos entre os candidatos).

Os habilitados e classificados para as provas seguintes (discursiva e de sentença) corresponderam a 1.340 candidatos. Mas 4,8% deles não compareceram para realizar a primeira delas (a prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, composta por dez questões dissertativas, sobre diversos ramos do direito).

Em meio aos 95,2% que se submeteram à prova discursiva, 54,9% não foram aprovados (não acertaram ao menos 60,0% do total de questões). Por sua vez, os 40,3% aprovados foram convocados para a prova seguinte (elaboração de uma sentença trabalhista, com caráter eliminatório e classificatório).

Entre esses 540 candidatos chamados para a prova de sentença, todos compareceram para realizá-la. Contudo, 48,3% não foram aprovados (pois não obtiveram ao menos 60,0% de aproveitamento). Por seu turno, os 51,7% restantes, aprovados na correção de suas sentenças, foram convocados para a etapa seguinte, de inscrição definitiva.

Esta última incluiu diversos procedimentos: apresentação de documentos pessoais, realização de exames de sanidade, comprovação de atividade jurídica, sindicância de vida pregressa e investigação social, bem como comprovação de adequação aos perfis de vagas reservadas (para os que estivessem concorrendo por vagas para pessoas com deficiência ou autoidentificadas como negras).

Somente 269 candidatos conseguiram obter a inscrição definitiva no concurso, sendo chamados para a prova oral (efetuada em Brasília, com caráter eliminatório, por comissão examinadora, em sessão pública, com foco em diversos ramos do direito). Todos os convocados apareceram para a realização da prova oral, sendo que 14,9% não foram habilitados (não conseguiram ao menos 60,0% de aproveitamento).

Os 229 candidatos habilitados na prova oral passaram pela avaliação de títulos (previamente apresentados na etapa de inscrição definitiva). Entre os títulos avaliados, estavam os comprovantes de: exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em direito; atuação como docente em ensino superior na área jurídica; realização de cursos diversos de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*; publicação de obras jurídicas e assim por diante.

Não obstante, vale mencionar que a avaliação de títulos consistiu em uma etapa com caráter apenas classificatório (todas as demais etapas, com exceção da inscrição definitiva, tiveram caráter eliminatório e classificatório). Dessa maneira, os aprovados finais do concurso foram efetivamente os 229 candidatos habilitados na prova oral.

De um ponto de vista numérico, é interessante ressaltar a elevada taxa de exclusão de candidatos em algumas etapas do CPNU. Como pode ser constatado na figura 1, a prova objetiva foi a etapa que mais excluiu, do ponto de vista absoluto e relativo, deixando somente 9,9% seguirem adiante no certame.

Mas pode-se notar, na mesma figura 1, que as provas discursiva e de sentença também excluíram muitos candidatos, ao menos do ponto de vista relativo. Seja como for, os 229 aprovados ao final do concurso representaram apenas 1,7% dos 13.604 inscritos no início, o que já indica o quão "restritivo" foi o CPNU, se é possível assim afirmar.

TABELA 1

Número de candidatos aprovados em cada uma das etapas do concurso

1ª Etapa - Prova objetiva				
			Nº	%
Candidatos inscritos: 13.604	Não realizaram a prova	Ausentes	2.428	17,8
		Excluídos	2	0,0
	Realizaram a prova	Não habilitados	8.387	61,7
		Habilitado mas não classificado	1.448	10,6
		Habilitado e classificado	1.339	9,8
	Total			13.604



2ª Etapa - Prova discursiva				
			Nº	%
Candidatos habilitados e classificados na etapa anterior: 1.340	Não realizaram a prova	Ausentes	64	4,8
		Excluídos	1	0,1
	Realizaram a prova	Não aprovados	735	54,9
		Aprovados	540	40,3
Total			1.340	100,0



2ª Etapa - Prova de sentença				
			Nº	%
Candidatos aprovados na etapa anterior: 540	Não realizaram a prova	Ausentes	0	0,0
		Excluídos	0	0,0
	Realizaram a prova	Não aprovados	261	48,3
		Aprovados	279	51,7
Total			540	100,0



3ª Etapa - Documentação, exames de sanidade, sindicância/investigação social, verificação para vagas reservadas e inscr. definit.				
			Nº	%
Candidatos aprovados na etapa anterior: 279	Documentação - deferido		268	96,1
	Documentação - indeferido		11	3,9
	Ex.san.física - apto		270	96,8
	Ex.san.física - ausente		9	3,2
	Ex.san.mental - apto		270	96,8
	Ex.san.mental - ausente		9	3,2
	Sind./inv.social - deferido		270	96,8
	Sind./inv.social - indeferido		9	3,2
	Verif.deficiência - deferido		279	100,0
	Verif.deficiência - indeferido		0	0,0
	Verif.negro - deferido		269	96,4
	Verif.negro - indeferido		10	3,6
	Inscr.definit. - deferida		267	95,7
	Inscr.definit. - indeferida		12	4,3



4ª Etapa - Prova oral				
			Nº	%
Candidatos com inscrição definitiva deferida na etapa anterior: 269	Não realizaram a prova	Ausentes	0	0,0
		Excluídos	0	0,0
	Realizaram a prova	Não habilitados	40	14,9
		Habilitados	229	85,1
Total			269	100,0



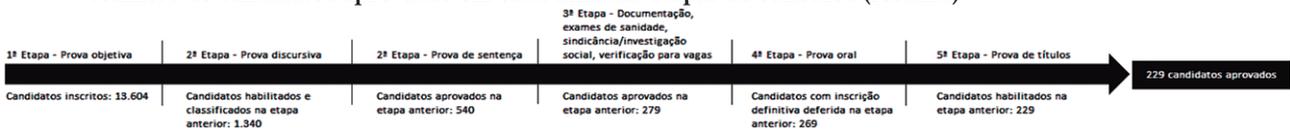
5ª Etapa - Prova de títulos			
Candidatos habilitados na etapa anterior: 229			

Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

Obs.: Tabela reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 1

Número de candidatos aprovados em cada uma das etapas do concurso (resumo)

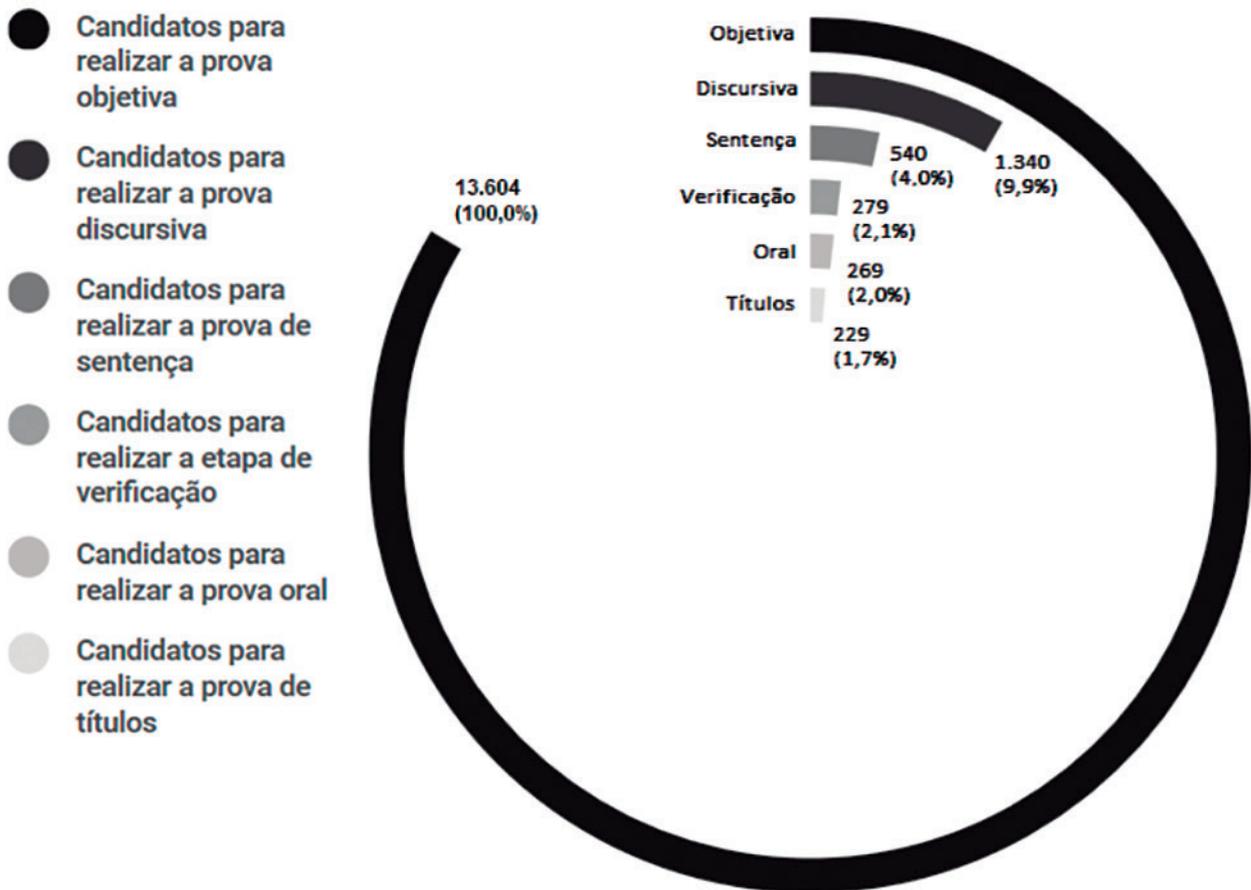


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 2

Fluxo comparativo de candidatos aprovados em cada uma das etapas do concurso



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

4 EVOLUÇÃO DOS PERFIS DOS CANDIDATOS APROVADOS NAS SUCESSIVAS ETAPAS DO CONCURSO

Na seção anterior, o foco de análise esteve somente nos números de candidatos aprovados em cada uma das etapas do CPNU. Nesta seção, o foco passa a ser também "qualitativo", voltado à análise dos padrões de seletividade que definiram os perfis dos candidatos em cada etapa do concurso.

A próxima subseção dedica-se à descrição das mudanças ocorridas nos perfis sociais e educacionais dos candidatos ao longo das diversas etapas do certame. Por sua vez, a subseção seguinte preocupa-se com as alterações verificadas nos perfis laborais desses candidatos no decorrer de tais etapas.

4.1 Perfis sociais e educacionais

Quanto à região de origem, nota-se uma dinâmica oscilante etapa a etapa. Todavia, um fato evidente é a maior presença de candidatos da região Sul, conforme avança o certame. Estes últimos representavam 14,9% dos inscritos, mas chegaram a 25,3% dos habilitados na prova oral (gráfico 1).

Em termos de sexo, ainda que as candidatas tenham perdido parte de sua participação ao longo das etapas, elas continuaram majoritárias ao final do concurso. Elas consistiam em 55,0% dos inscritos e representaram 51,1% dos habilitados na prova oral (gráfico 2).

No que se refere à idade, nota-se que os candidatos mais velhos reduziram sua presença em quase todas as etapas do certame. Em meio aos inscritos, os mais velhos (32 anos de idade ou mais) representavam 67,5%, em meio aos habilitados na prova oral, representaram apenas 40,2% (gráfico 3).

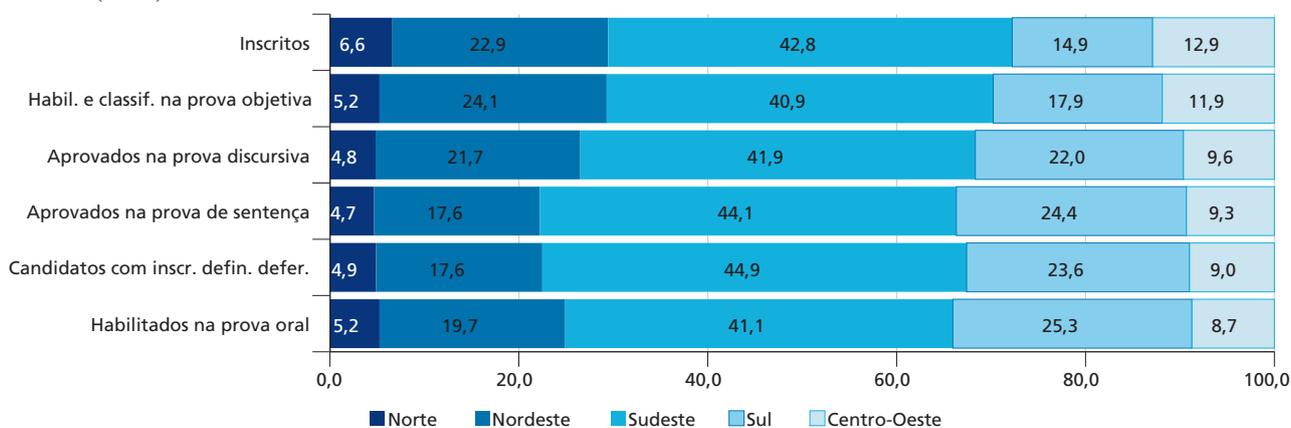
Sobre a cor/raça, observa-se que os negros já correspondiam à minoria entre os inscritos no concurso (26,3%). E, etapa a etapa, isso só se acentuou, com os candidatos negros chegando a somente 17,0% dos habilitados na prova oral, em que pese a existência de vagas reservadas para esse grupo (gráfico 4).

No que diz respeito à deficiência, os portadores já representavam a minoria dos candidatos desde o início do certame (2,1% dos inscritos). E isso só se acentuou com o avanço das etapas. Os portadores de deficiência consistiram em apenas 1,3% dos habilitados na prova oral, apesar das vagas reservadas para esse grupo (gráfico 5).

GRÁFICO 1

Região de residência dos candidatos

(Em %)

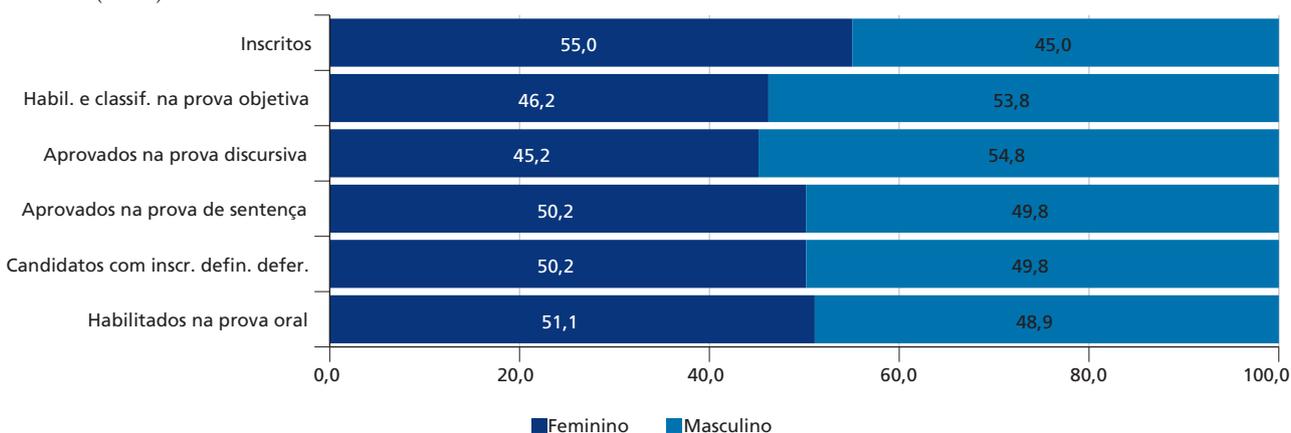


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 2

Sexo dos candidatos

(Em %)

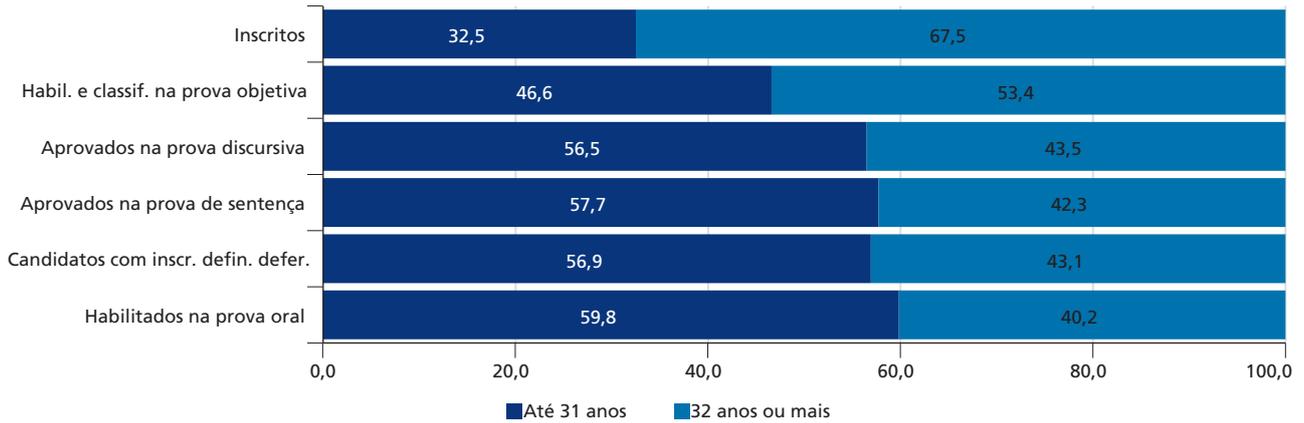


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 3

Idade dos candidatos

(Em %)

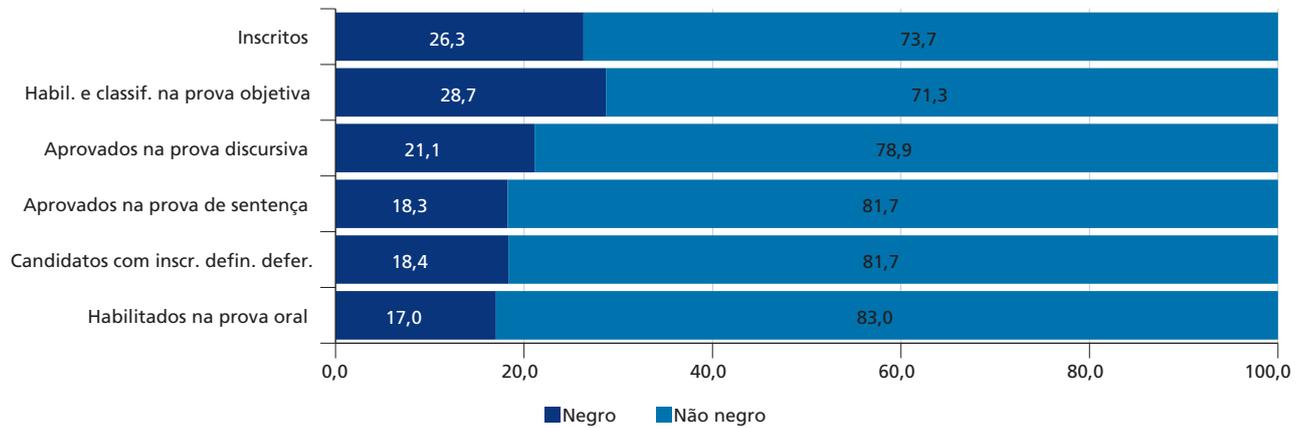


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 4

Cor/raça dos candidatos

(Em %)

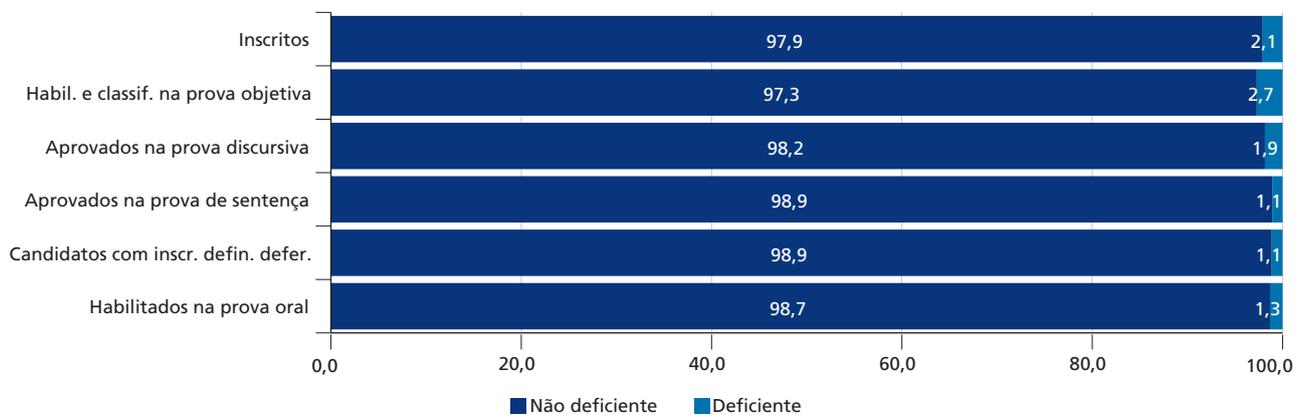


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 5

Deficiência ou não dos candidatos

(Em %)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

Quanto ao estado civil, não há muitas diferenças no decorrer das etapas do concurso. Os candidatos não casados (com destaque para os solteiros) sempre foram majoritários, desde a inscrição (55,6%) até a habilitação na prova oral (56,8%) (gráfico 6).

No que concerne à nacionalidade, a situação é quase a mesma ao longo de todo o certame: praticamente não há candidatos não brasileiros. Se, em meio aos inscritos, ainda havia alguns poucos estrangeiros, na etapa seguinte já não havia nenhum (gráfico 7).

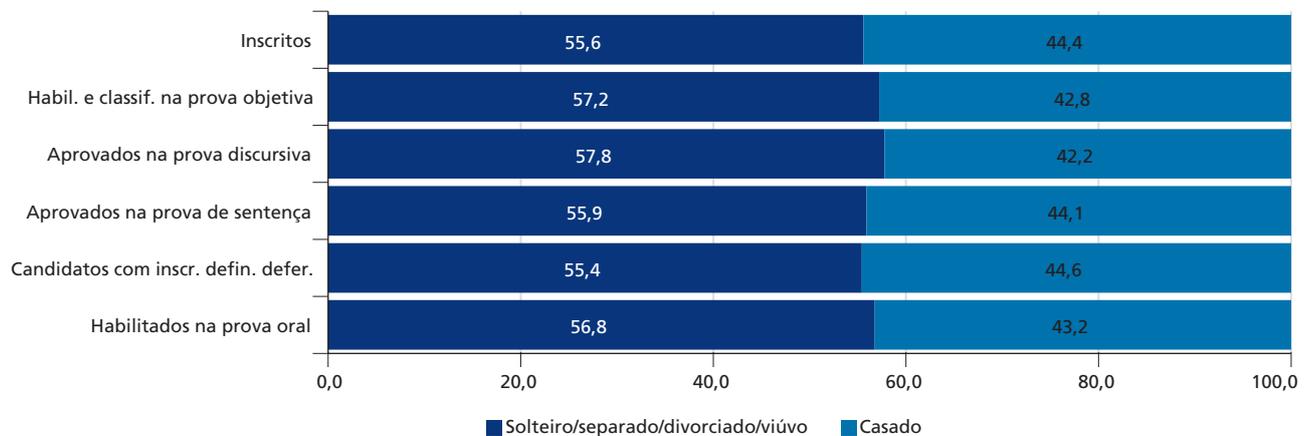
Em termos de instrução, aqueles com pós-graduação *lato sensu* dominam crescentemente todas as etapas do concurso. Se na inscrição eles já representavam 62,7% dos candidatos, na habilitação na prova oral eles chegaram a 74,2%. Aqueles somente com graduação (que consistiam em 32,1% dos inscritos) ou, no polo oposto, com pós-graduação *stricto sensu* (5,2%), tiveram sua presença reduzida, etapa a etapa (gráfico 8).

No que tange ao estrato social a que pertencem os candidatos, estimado por meio de rendimentos prevalentes nos seus setores de residência, nota-se que os estratos mais afluentes também dominam progressivamente as etapas do certame. Considerando-se apenas o estrato mais afluente (aquele com rendimentos médios *per capita* de R\$ 4.569,90 ou mais), percebe-se que a sua participação em meio aos candidatos era de 25,0% no momento de inscrição, e de nada menos que 36,8% após a habilitação na prova oral (gráfico 9).

GRÁFICO 6

Estado civil dos candidatos

(Em %)

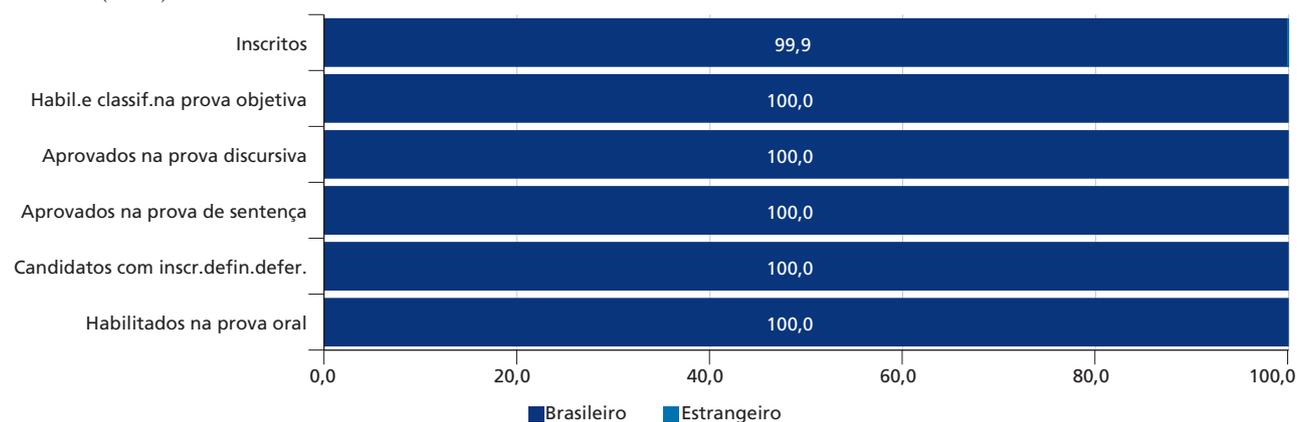


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 7

Nacionalidade dos candidatos

(Em %)

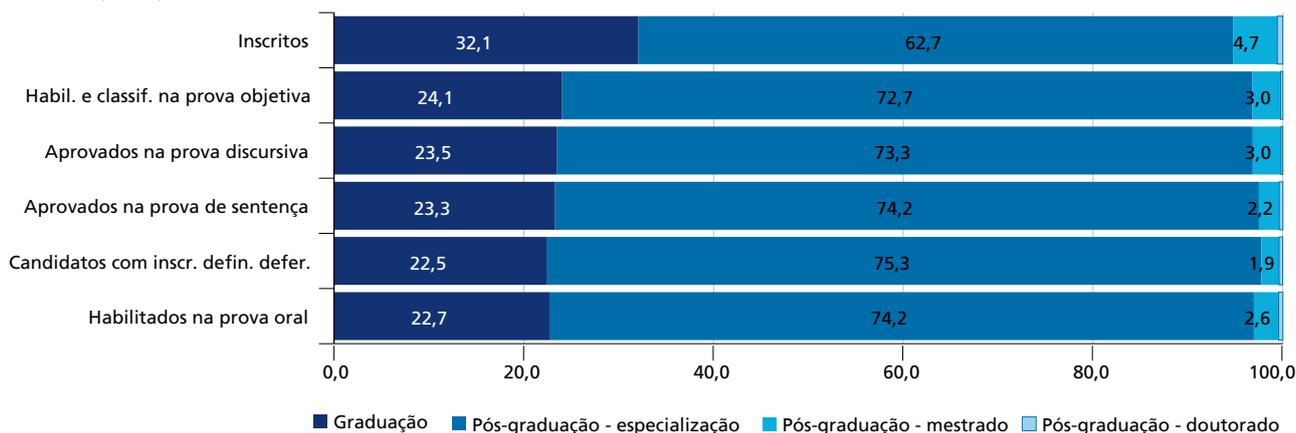


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 8

Instrução dos candidatos

(Em %)

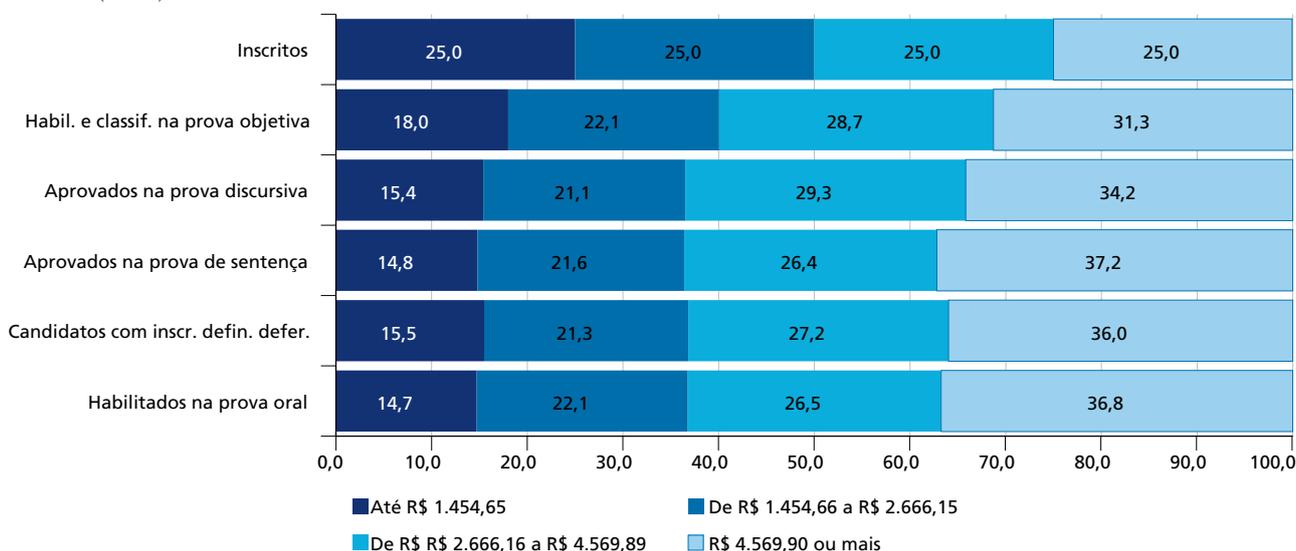


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST.

GRÁFICO 9

Estrato social dos candidatos¹

(Em %)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE e do DNE/ECT.

Nota: ¹ Trata-se da renda média individual mensal bruta no setor censitário de residência dos candidatos.

4.2 Perfis laborais

Acerca da experiência laboral assalariada nos dez anos anteriores ao concurso, as informações demonstram que os candidatos frequentemente contam com esse tipo de experiência. Entre os inscritos, 75,1% já trabalharam nessa condição. E esse percentual só aumenta a cada etapa, alcançando 84,3% entre os habilitados na prova oral (gráfico 10).

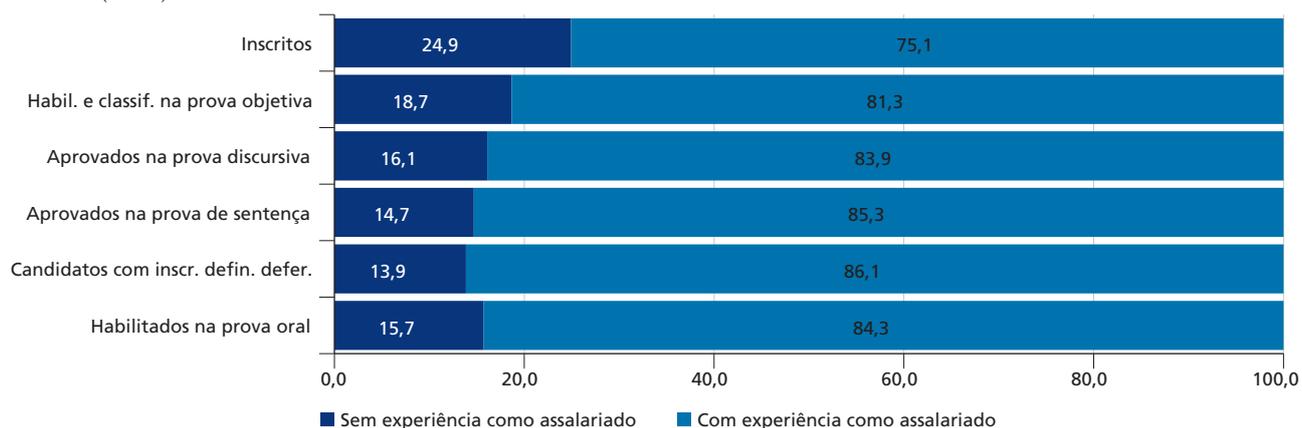
Fenômeno semelhante ocorre com a experiência laboral assalariada no setor público e, especificamente, no próprio Poder Judiciário. Os candidatos com esse tipo de experiência, que já não eram poucos no momento da inscrição, só ganham espaço conforme as etapas do certame se sucedem. Em meio aos habilitados na prova oral, 69,9% já foram assalariados do setor público e 62,1% já o foram no Poder Judiciário (gráficos 11 e 12).

Ainda em meio aos que têm experiência laboral como assalariados nos dez anos anteriores ao início do concurso, os dados mostram que os candidatos com maiores jornadas semanais de trabalho são os que ganham espaço, conforme avançam as etapas do concurso. Entre os inscritos, 51,7% trabalhavam 40 horas por semana ou mais. Por sua vez, entre os habilitados na prova oral, essa porcentagem chegou a 62,5% (gráfico 13).

GRÁFICO 10

Experiência laboral prévia dos candidatos como assalariados nos últimos dez anos

(Em %)

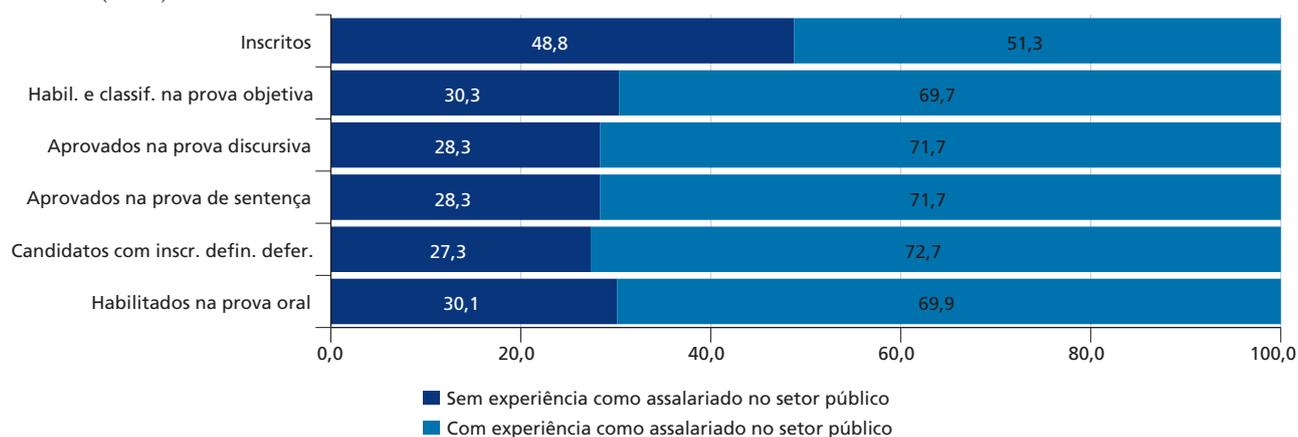


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

GRÁFICO 11

Experiência laboral prévia dos candidatos como assalariados no setor público nos últimos dez anos

(Em %)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

GRÁFICO 12

Experiência laboral prévia dos candidatos como assalariados no Poder Judiciário (federal ou estadual) nos últimos dez anos

(Em %)

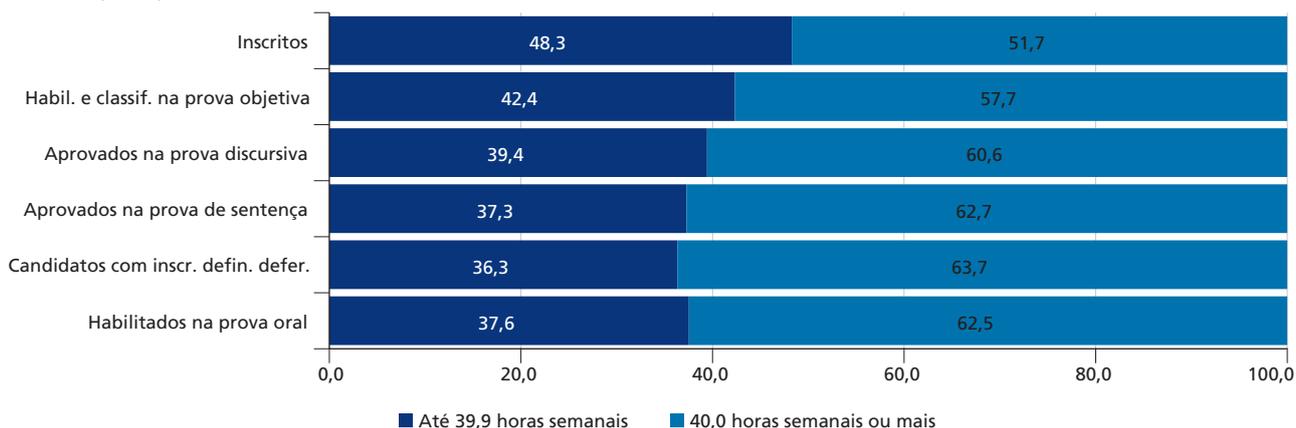


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

GRÁFICO 13

Jornada semanal média dos candidatos na experiência laboral prévia como assalariados nos últimos dez anos

(Em %)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Além da experiência assalariada, há informações sobre um outro tipo de experiência laboral nos dez anos anteriores ao certame: aquela que se dá por meio de sociedade em empreendimentos tais como escritórios de advocacia (onde se trabalha como pessoa jurídica – PJ). Mas os candidatos com esse tipo de experiência já se mostravam poucos no momento inicial (19,7% dos inscritos). E, ao se aproximar o momento final, sua participação se reduziu ainda mais (apenas 10,9% dos habilitados na prova oral) (gráfico 14).

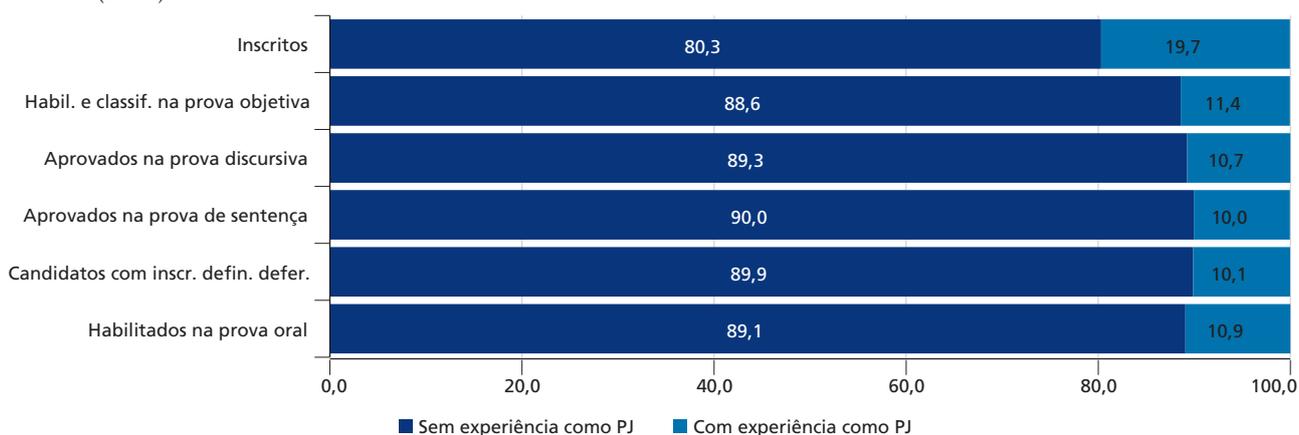
Fenômeno parecido ocorre quando se acumulam informações sobre a experiência simultânea dos candidatos, como assalariados e, também, como pessoas jurídicas (como sócios de escritórios advocatícios, a título de exemplo). Aqueles com simultaneidade de experiência laboral correspondiam a 10,4% dos inscritos no concurso, mas se restringiram a 8,3% dos habilitados na prova oral (gráfico 15).

De toda maneira, as informações mostram que os candidatos quase sempre contam com alguma experiência laboral nos dez anos anteriores ao concurso, seja ela assalariada, seja ela como pessoa jurídica (sociedade em escritório de advocacia, por exemplo). No momento inicial do certame, 81,9% dos inscritos já possuíam alguma espécie de experiência. E, no momento final, essa porcentagem alcançou 86,0% dos habilitados na prova oral (gráfico 16).

GRÁFICO 14

Experiência laboral prévia dos candidatos como PJ nos últimos dez anos

(Em %)

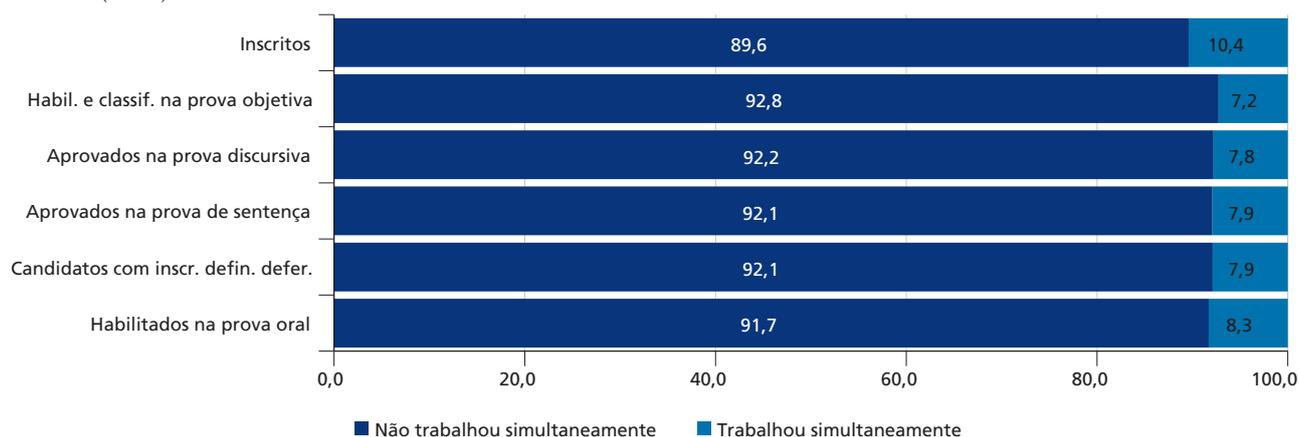


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

GRÁFICO 15

Experiência laboral prévia simultânea (como assalariados e como PJs) dos candidatos nos últimos dez anos

(Em %)

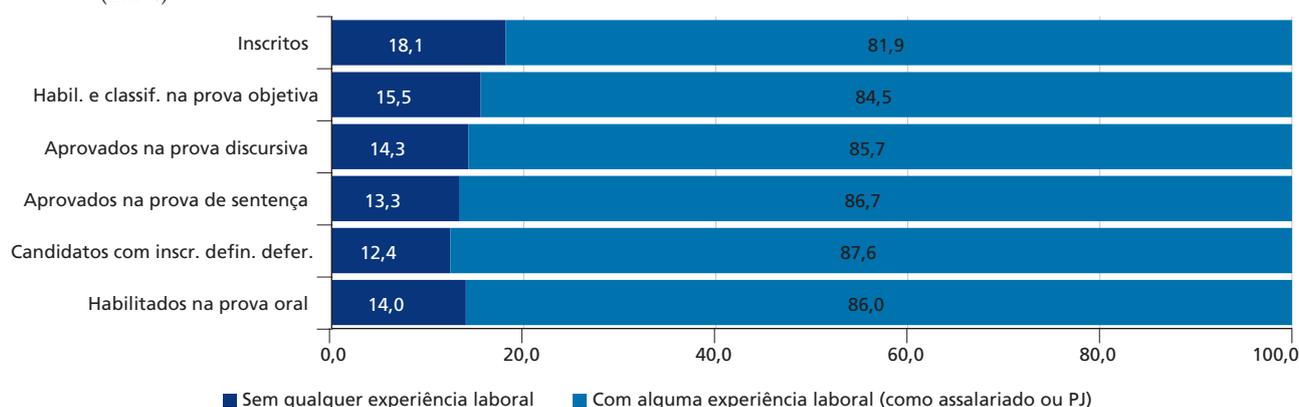


Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

GRÁFICO 16

Experiência laboral prévia dos candidatos como assalariados ou como PJs nos últimos dez anos

(Em %)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

A respeito da remuneração auferida pelos candidatos nos dez anos anteriores ao concurso, como assalariados ou como pessoas jurídicas (sócios de escritórios de advocacia, por exemplo), nota-se, em primeiro lugar, que todos os candidatos tiveram uma evolução remuneratória bastante positiva entre 2008 e 2017, indicando que eles passaram por uma experiência de mobilidade social claramente ascendente (tabela 2).

Em segundo lugar, observa-se que, mesmo com essa evolução positiva no período, os seus valores de salário/remuneração no ano de 2017 ainda eram bem inferiores aos valores de subsídio previstos para os Juízes do Trabalho Substitutos.² Ou seja, para todos os candidatos do certame, estava em jogo a possibilidade de uma mobilidade social ainda muito mais ascendente que a que eles já tinham experimentado nos anos anteriores.

Seja como for, separando-se os candidatos pela etapa mais avançada que alcançaram no concurso, percebe-se que os meramente inscritos são os que apresentaram a evolução remuneratória menos expressiva entre 2008 e 2017 (variação média de "apenas" +9,5% ao ano) (tabela 2 e gráfico 17).

2. De acordo com o edital do CPNU, o valor de subsídio previsto para os Juízes do Trabalho Substitutos em junho de 2017 era de R\$ 27.500,17 (o que, para fins de comparação com os valores de salário/remuneração dos candidatos, presentes no gráfico 17 e na tabela 2, correspondia a R\$ 29.632,62 em R\$ de abril de 2019 – atualização efetuada pelo IPCA-Geral/IBGE).

Em meio aos candidatos que conseguiram avançar pelo menos uma etapa, essa evolução foi bem mais substantiva (entre os aprovados na prova discursiva, aprovados na prova de sentença, definitivamente inscritos ou aprovados na prova oral, a variação média de salário/remuneração foi de +19,1% ao ano). Em outros termos, conforme o certame avançou, os candidatos tornaram-se mais parecidos, ao menos no que se refere aos seus percursos remuneratórios (tabela 2 e gráfico 17).

Reforçando isso, há também as informações sobre os valores médios de salário/remuneração dos candidatos no ano de 2017 – candidatos separados pela etapa mais avançada que chegaram no concurso. Nesse ano, os meramente inscritos recebiam "somente" R\$ 6.944,11 em média. Por seu turno, os aprovados na prova objetiva, aprovados na prova discursiva, aprovados na prova de sentença, definitivamente inscritos ou aprovados na prova oral recebiam R\$ 10.241,84 em média. Em outras palavras, com o avanço do concurso, os candidatos tornaram-se mais semelhantes, ao menos no que concerne ao salário/remuneração percebido (tabela 2 e gráficos 17 e 18).

TABELA 2

Evolução da média de salário/remuneração ao longo da experiência laboral (assalariados e PJs) dos últimos dez anos¹

(Em R\$ de abril/2019)

Em R\$ ano a ano	Inscritos (13.604)	Habil. classif. pr. obj. (1.339)	Aprov. pr. disc. (540)	Aprov. pr. sent. (279)	Inscr. defin. defer. (267)	Habil. pr. oral (229)
2008	3.096,48	2.903,02	2.195,10	2.277,74	2.292,82	2.229,05
2009	3.591,38	3.814,13	3.199,77	3.274,22	3.318,85	3.172,13
2010	4.051,40	4.684,15	4.176,01	4.117,71	4.168,14	4.004,01
2011	4.447,30	5.346,78	5.017,59	5.304,82	5.365,88	5.020,17
2012	4.799,76	6.027,15	5.647,59	5.769,85	5.834,81	5.646,99
2013	5.280,39	6.936,20	6.855,10	7.358,46	7.399,83	7.312,20
2014	5.818,22	7.948,08	8.041,52	8.530,77	8.614,28	8.461,57
2015	6.093,77	8.547,32	8.765,78	9.427,42	9.554,25	9.372,98
2016	6.179,45	8.620,20	8.858,26	9.273,58	9.410,15	9.216,00
2017	6.944,11	10.044,69	10.169,47	10.291,01	10.422,72	10.281,29
Média de variação em R\$ ano a ano	427,51	793,52	886,04	890,36	903,32	894,69
Variação ano a ano (%)	Inscritos (13.604)	Habil. classif. pr. obj. (1.339)	Aprov. pr. disc. (540)	Aprov. pr. sent. (279)	Inscr. defin. defer. (267)	Habil. pr. oral (229)
2008	-	-	-	-	-	-
2009	16,0	31,4	45,8	43,7	44,7	42,3
2010	12,8	22,8	30,5	25,8	25,6	26,2
2011	9,8	14,1	20,2	28,8	28,7	25,4
2012	7,9	12,7	12,6	8,8	8,7	12,5
2013	10,0	15,1	21,4	27,5	26,8	29,5
2014	10,2	14,6	17,3	15,9	16,4	15,7
2015	4,7	7,5	9,0	10,5	10,9	10,8
2016	1,4	0,9	1,1	-1,6	-1,5	-1,7
2017	12,4	16,5	14,8	11,0	10,8	11,6
Média de variação ano a ano (%)	9,5	15,1	19,2	18,9	19,0	19,1

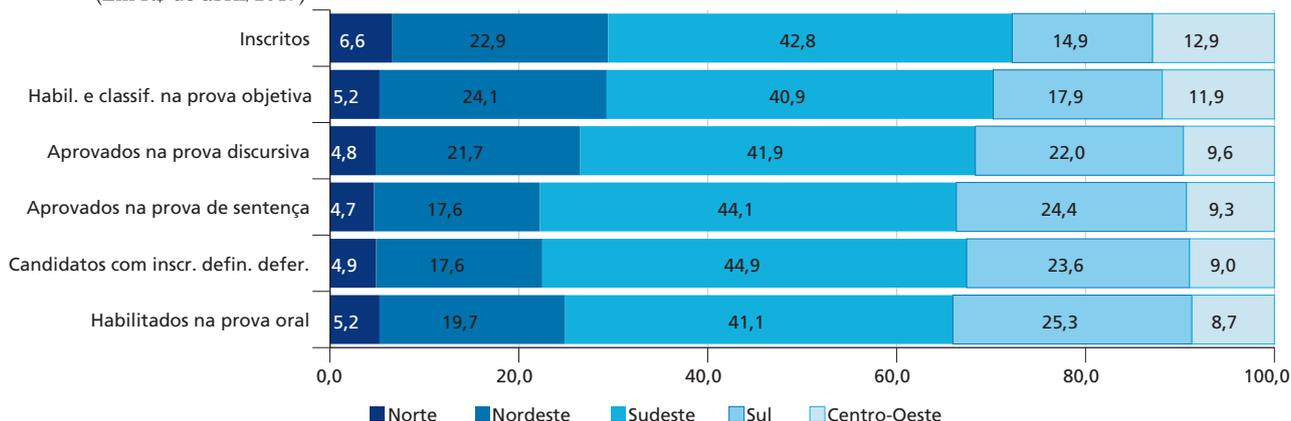
Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Nota: ¹ Considerando os candidatos sem emprego/sem PJ com salário/remuneração zerado.

GRÁFICO 17

Evolução da média de salário/remuneração dos candidatos ao longo da experiência laboral (assalariados ou PJs) dos últimos dez ano¹

(Em R\$ de abril/2019)



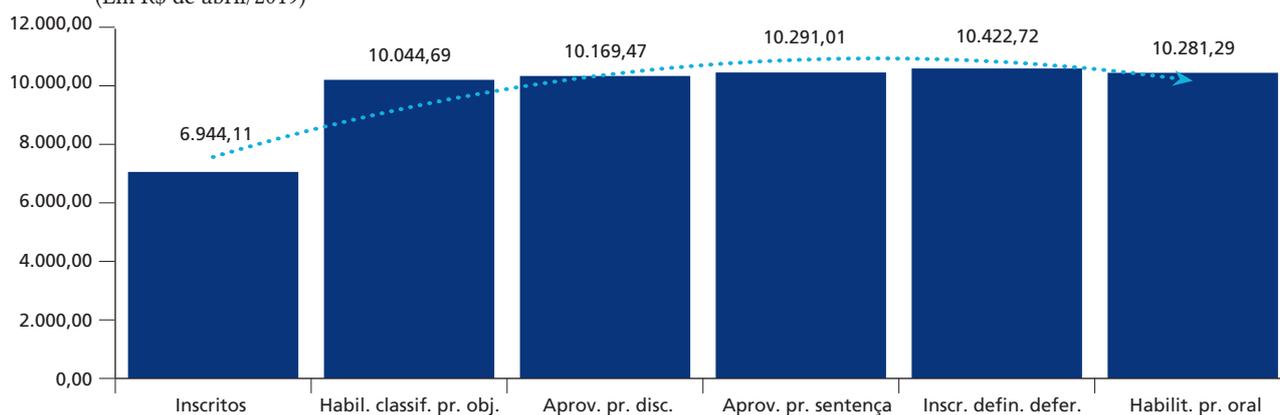
Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Nota: ¹ Considerando os candidatos sem emprego/sem PJ com salário/remuneração zerado.

GRÁFICO 18

Média de salário/remuneração dos candidatos (assalariados ou PJs) no ano de 2017

(Em R\$ de abril/2019)



Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

5 CHANCES E PROBABILIDADES DE APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS NAS SUCESSIVAS ETAPAS DO CONCURSO

Na seção anterior, o foco de análise esteve nos padrões de seletividade que delinearão os perfis dos candidatos em cada etapa do concurso. Ou seja, o foco esteve nas mudanças ocorridas nos perfis sociais, educacionais e laborais dos candidatos ao longo das diversas etapas.

Ocorre que a maneira de realização dessa análise foi variável a variável, atributo a atributo: primeiro, a região de origem dos candidatos; segundo, o sexo; terceiro, a idade; quarto, a cor/raça; quinto, a deficiência, e assim por diante.

Nesta seção, o foco se mantém o mesmo (os padrões de seletividade que recortam os perfis dos candidatos em cada etapa do certame). Mas a forma de análise se altera: não mais variável a variável, atributo a atributo; mas, sim, todos eles ao mesmo tempo.

Com a utilização de regressões logísticas binomiais, que procuram estimar as chances/probabilidades de habilitação e classificação (ou aprovação) dos candidatos em cada etapa do concurso, é possível verificar a relevância de cada variável ou atributo isoladamente, mantendo as demais variáveis ou atributos constantes.

Ou seja, a ideia é analisar os padrões de seletividade em atuação em cada etapa do certame, fazendo uso das regressões logísticas, que permitem observar a contribuição de cada variável ou atributo para essa seletividade, controlando as contribuições das demais variáveis ou atributos.

Em linhas gerais, a partir das informações presentes na tabela 3, pode-se dizer que:

- I) para habilitação e classificação na prova objetiva, importa os candidatos: *i*) serem das regiões Sul e Sudeste; *ii*) serem do sexo masculino; *iii*) serem mais jovens; *iv*) serem negros; *v*) serem especialistas (pós-graduados *lato sensu*); *vi*) serem de estratos sociais mais afluentes; *vii*) terem experiência como assalariados no Poder Judiciário; *viii*) não terem experiência como advogados-PJ; *ix*) terem percursos remuneratórios mais afluentes; e *x*) terem uma jornada de trabalho mais reduzida;
- II) para aprovação na prova discursiva, importa os candidatos: *i*) serem da região Sul; *ii*) serem do sexo masculino; *iii*) serem mais jovens; *iv*) serem especialistas (pós-graduados *lato sensu*); *v*) serem de estratos sociais mais afluentes; *vi*) terem experiência como assalariados no Poder Judiciário; *vii*) não terem experiência como advogados-PJ; *viii*) terem percursos remuneratórios mais afluentes;
- III) para aprovação na prova de sentença, importa os candidatos: *i*) serem da região Sul; *ii*) serem mais jovens; *iii*) serem especialistas (pós-graduados *lato sensu*); *iv*) serem de estratos sociais mais afluentes; *v*) terem experiência como assalariados no Poder Judiciário; *vi*) não terem experiência como advogados-PJ; *vii*) terem percursos remuneratórios mais afluentes;
- IV) para aprovação na prova oral, importa os candidatos: *i*) serem mais jovens; *ii*) serem especialistas (pós-graduados *lato sensu*); *iii*) serem de estratos sociais mais afluentes; *iv*) terem experiência como assalariados no Poder Judiciário; *v*) terem percursos remuneratórios mais afluentes.

Grosso modo, quando os candidatos se encaixam nos perfis descritos em cada um dos itens acima, aumentam significativamente (inclusive da perspectiva estatística) suas chances ou probabilidades de aprovação em cada prova. Como os perfis claramente mudam (alguns atributos se tornam relevantes, ao passo que outros deixam de ser), percebe-se que os padrões de seletividade se alteram ao longo das etapas do concurso.³

De todo modo, é importante notar que há uma espécie de "núcleo" comum e constante nesses padrões, que se faz presente em todas as etapas do certame e é integrado por: *i*) idade dos candidatos; *ii*) instrução; *iii*) estrato social; *iv*) experiência assalariada no Poder Judiciário; *v*) percurso remuneratório. Acrescente-se a esse núcleo a ausência de experiência como advogado-PJ, que é relevante em todas as etapas, com exceção apenas da última (a prova oral).

Via de regra, pode-se afirmar com algum grau de certeza que os candidatos mais jovens, especialistas (pós-graduados *lato sensu*), de estratos sociais mais afluentes, com experiência como assalariados no Poder Judiciário, sem experiência como advogados-PJ e com percursos remuneratórios mais afluentes têm maiores chances ou probabilidades de aprovação em cada etapa (e no concurso como um todo).

TABELA 3

Regressões logísticas binomiais – Chances e probabilidades de os candidatos serem habilitados e classificados/ aprovados em cada uma das etapas do concurso, de acordo com seus perfis sociais, educacionais e laborais

Razão de chance – Estim. pontual	Prova objetiva	Prova discursiva	Prova de sentença	Prova oral
(Razão de chance – Estim. interv. – 95,0%)				
[Probabilidade]				
Região (Norte/Nordeste)	1,313 (0,973 - 1,772) [0,07]	1,300 (0,815 - 2,075) [0,27]	1,059 (0,546 - 2,052) [0,87]	0,960 (0,492 - 1,874) [0,90]
Região (Norte/Sudeste)	1,411 (1,058 - 1,883)* [0,02]	1,411 (0,901 - 2,208) [0,13]	1,466 (0,790 - 2,722) [0,23]	1,026 (0,547 - 1,927) [0,94]
Região (Norte/Sul)	1,597 (1,169 - 2,183)** [0,00]	1,845 (1,151 - 2,956)* [0,01]	2,062 (1,083 - 3,926)* [0,03]	1,608 (0,835 - 3,096) [0,16]

(Continua)

3. Acrescente-se que há atributos dos candidatos que não são relevantes em quaisquer etapas do certame, como: *i*) deficiência; *ii*) estado civil.

(Continuação)

Razão de chance – Estim. pontual	Prova objetiva	Prova discursiva	Prova de sentença	Prova oral
(Razão de chance – Estim. interv. – 95,0%)				
[Probabilidade]				
Região (Norte/Centro-Oeste)	1,041	0,800	0,769	0,613
	(0,751 - 1,443)	(0,473 - 1,353)	(0,370 - 1,596)	(0,286 - 1,311)
	[0,81]	[0,41]	[0,48]	[0,21]
Sexo (feminino/masculino)	1,443	1,529	1,211	1,156
	(1,269 - 1,640)**	(1,260 - 1,855)**	(0,933 - 1,571)	(0,868 - 1,541)
	[0,00]	[0,00]	[0,15]	[0,32]
Idade (até 31 anos/32 anos ou mais)	0,411	0,255	0,258	0,238
	(0,358 - 0,473)**	(0,208 - 0,314)**	(0,195 - 0,340)**	(0,175 - 0,323)**
	[0,00]	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Cor/raça (negro/não negro)	0,716	1,063	1,262	1,381
	(0,619 - 0,828)**	(0,838 - 1,349)	(0,896 - 1,777)	(0,940 - 2,028)
	[0,00]	[0,61]	[0,18]	[0,10]
Deficiente (não/sim)	1,060	0,836	0,592	0,749
	(0,686 - 1,639)	(0,404 - 1,731)	(0,186 - 1,882)	(0,235 - 2,388)
	[0,79]	[0,63]	[0,37]	[0,62]
Estado civil (solteiro/casado)	1,010	1,105	1,114	1,085
	(0,883 - 1,155)	(0,902 - 1,354)	(0,848 - 1,463)	(0,802 - 1,467)
	[0,89]	[0,34]	[0,44]	[0,60]
Instrução (graduação/especialização)	1,425	1,469	1,459	1,520
	(1,227 - 1,654)**	(1,170 - 1,845)**	(1,071 - 1,987)*	(1,078 - 2,144)*
	[0,00]	[0,00]	[0,02]	[0,02]
Instrução (graduação/mestrado)	0,792	0,850	0,483	0,657
	(0,537 - 1,168)	(0,468 - 1,544)	(0,172 - 1,352)	(0,232 - 1,857)
	[0,24]	[0,59]	[0,17]	[0,43]
Instrução (graduação/doutorado)	0,744	0,672	1,161	1,655
	(0,228 - 2,424)	(0,090 - 4,991)	(0,154 - 8,764)	(0,217 - 12,607)
	[0,62]	[0,70]	[0,88]	[0,63]
Rendimento médio mensal no setor de residência (até R\$ 1.454,65/de R\$ 1.454,66 a R\$ 2.666,15)	1,204	1,261	1,270	1,296
	(0,989 - 1,466)	(0,922 - 1,726)	(0,827 - 1,950)	(0,808 - 2,078)
	[0,06]	[0,15]	[0,27]	[0,28]
Rendimento médio mensal no setor de residência (até R\$ 1.454,65/de R\$ 2.666,16 a R\$ 4.569,89)	1,512	1,598	1,354	1,347
	(1,251 - 1,827)**	(1,186 - 2,153)**	(0,893 - 2,054)	(0,850 - 2,134)
	[0,00]	[0,00]	[0,15]	[0,21]
Rendimento médio mensal no setor de residência (até R\$ 1.454,65/R\$ 4.569,90 ou mais)	1,717	1,995	2,051	2,015
	(1,419 - 2,076)**	(1,485 - 2,680)**	(1,375 - 3,059)**	(1,295 - 3,138)**
	[0,00]	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Experiência como assalariado no setor público nos últimos dez anos (não/sim)	0,933	0,847	0,746	0,527
	(0,746 - 1,167)	(0,591 - 1,213)	(0,449 - 1,240)	(0,289 - 0,962)*
	[0,54]	[0,36]	[0,26]	[0,04]

(Continua)

(Continuação)

Razão de chance – Estim. pontual	Prova objetiva	Prova discursiva	Prova de sentença	Prova oral
(Razão de chance – Estim. interv. – 95,0%)				
[Probabilidade]				
Experiência como assalariado no Poder Judiciário nos últimos dez anos (não/sim)	2,846 (2,300 - 3,520)** [0,00]	2,714 (1,940 - 3,796)** [0,00]	2,481 (1,548 - 3,975)** [0,00]	3,036 (1,719 - 5,361)** [0,00]
Experiência como PJ nos últimos dez anos (não/sim)	0,622 (0,507 - 0,761)** [0,00]	0,605 (0,440 - 0,834)** [0,00]	0,588 (0,379 - 0,913)* [0,02]	0,643 (0,401 - 1,032) [0,07]
Experiência em ocupação de nível superior nos últimos dez anos (não/sim)	1,102 (0,965 - 1,260) [0,15]	1,107 (0,907 - 1,352) [0,32]	1,044 (0,797 - 1,368) [0,75]	0,987 (0,732 - 1,332) [0,93]
Remuneração total acumulada nos últimos dez anos (até R\$ 278.332,00/R\$ 278.332,01 ou mais)	1,377 (1,144 - 1,658)** [0,00]	1,721 (1,295 - 2,286)** [0,00]	2,296 (1,542 - 3,418)** [0,00]	2,375 (1,529 - 3,691)** [0,00]
Jornada de trabalho média como assalariado nos últimos dez anos (até 39,9 horas/40 horas ou mais)	0,850 (0,740 - 0,976)* [0,02]	0,957 (0,775 - 1,182) [0,68]	1,014 (0,759 - 1,353) [0,93]	1,102 (0,799 - 1,518) [0,55]
Parâmetros	Log likel. = -3,462,32	Log likel. = -1,771,08	Log likel. = -1,083,21	Log likel. = -922,94
	LR chi2(21) = 678,96	LR chi2(21) = 440,15	LR chi2(21) = 258,63	LR chi2(21) = 216,73
	Prob > chi2 = 0,0000			
	Corr.clas. = 90,2%	Corr. clas. = 96,1%	Corr. clas. = 97,9%	Corr. clas. = 98,3%
	Nº = 11.875	Nº = 11.875	Nº = 11.875	Nº = 11.875

Fonte: Microdados do RA/Enamat-TST, do CD/IBGE, do CNEFE/IBGE, do DNE/ECT, da Rais/SPT-ME e do CNPJ/SRF-ME.

Obs.: * p<0,05; ** p<0,01.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como mencionado, o objetivo desta nota técnica era descrever os padrões de seletividade que definiram os perfis dos candidatos em cada etapa do CPNU. Em outras palavras, descrever as mudanças ocorridas nos perfis sociais, educacionais e laborais dos candidatos ao longo das etapas desse concurso.

Isso foi realizado de duas maneiras distintas. Por um lado, mediante uma análise descritiva univariada, que mostrou como os atributos dos candidatos foram se alterando no decorrer do CPNU. Por outro, mediante uma análise correlacional multivariada, que indicou quais atributos se mostraram decisivos para os candidatos poderem avançar em cada etapa do certame.

Ainda que os resultados empíricos de ambos os tipos de análise nem sempre tenham coincidido (como ilustra o caso de cor/raça, por exemplo),⁴ eles podem ser considerados modos complementares de analisar os padrões de seletividade que estão no foco desta nota técnica.

4. Como indica a análise correlacional multivariada, para aprovação na prova objetiva, o atributo de cor/raça se mostra bastante importante – e em um sentido bastante específico: quando os candidatos se autoidentificam como negros, suas chances de aprovação nesta prova aumentam 1,4 vez. Todavia, nas demais provas do CPNU, esse atributo deixa de ser relevante (ao menos do ponto de vista estatístico): as chances de aprovação não se mostram afetadas pelo fato de os candidatos serem negros ou não negros. Talvez isso esteja relacionado ao fato de, na estrutura prescrita pelo edital do concurso, a reserva de vagas para candidatos negros ser definida no momento inicial (produzindo efeitos especialmente na primeira etapa – a prova objetiva).

De certa forma, há um "núcleo" comum e constante nesses padrões, visível em todas as etapas do CPNU. Esse núcleo é composto pelos seguintes atributos dos candidatos: idade, instrução, estrato social, experiência assalariada no Poder Judiciário, experiência como advogado-PJ e percurso remuneratório.

Os candidatos mais jovens, pós-graduados *lato sensu*, de estratos sociais mais afluentes, com experiência como assalariados no Poder Judiciário, sem experiência como advogados-PJ e com percursos remuneratórios mais afluentes são perfis que se mostram sempre mais prevalentes/dominantes, conforme as etapas do CPNU se sucedem.

Seja como for, vale lembrar que esse concurso foi o resultado de um intenso esforço institucional da Justiça do Trabalho, com o objetivo de selecionar os magistrados que serão os responsáveis por definir o seu futuro nas próximas décadas.

E vale mencionar também que esse certame foi um verdadeiro processo institucional de "depuração", baseado nos perfis de milhares de candidatos – perfis observáveis (analisados neste relatório) mas, também, não observáveis (que não foram aqui analisados, mas que são igualmente relevantes).

Essa diferenciação merece alguma atenção, pois os candidatos que chegaram ao final do CPNU (como aprovados na prova oral), bem como aqueles que não chegaram (excluídos no decorrer das provas), não o fizeram como resultado exclusivo das intenções dos selecionadores, atuando a partir dos perfis observáveis dos candidatos.

Entre outras razões, porque os selecionadores sempre guardaram certo grau de heterogeneidade entre si – como pode ser visto nas bancas que elaboraram/corrigiram as provas objetiva, discursiva e de sentença ou, então, que coordenaram a prova oral.

Além disso, porque sempre existiram dinâmicas não intencionais ao longo do concurso, não claramente identificáveis e dificilmente manejáveis pelos selecionadores e, mais ainda, pelos candidatos.

Entretanto, toda essa discussão já é insumo para um outro estudo, a ser futuramente desenvolvido pela equipe da pesquisa "TST/Enamat e Ipea, Seleção e recrutamento de magistrados e acesso à Justiça do Trabalho".

7 BASES DE DADOS

- RA/Enamat-TST: Registros administrativos dos candidatos inscritos no CPNU, disponibilizados pela Enamat-TST. Base de dados não disponível aos pesquisadores em geral.
- Rais/SPT-ME – Relação Anual de Informações Sociais da Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Base de dados com descrição disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais>>.
- CNPJ/SRF-ME: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia. Base de dados com descrição disponível em: <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastrados/cadastro-nacional-de-pessoas-juridicas-cnpj/dados-publicos-cnpj>>.
- CD/IBGE – Censo Demográfico – Universo – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.
- PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Anual e Contínua – do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>> e, também, em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.
- CNEFE/IBGE – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados com descrição disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/>>.
- DNE/ECT: Diretório Nacional de Endereços da Empresa de Correios e Telégrafos. Base de dados com descrição disponível em: <<https://www.correios.com.br/a-a-z/dne>>.

1 CUSTOS FINANCEIROS PARA A APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS NAS SUCESSIVAS ETAPAS DO CONCURSO

Neste apêndice, apresentam-se algumas informações sobre os custos financeiros enfrentados pelos candidatos para aprovação em cada uma das etapas do CPNU. Essas informações são oriundas de um *survey* desenvolvido pela Enamat-TST e pelo Ipea, aplicado por *e-mail* junto aos 13.604 candidatos do concurso ao longo dos meses de setembro e outubro de 2019.

Dos 13.604 candidatos que receberam o convite para responder às questões do *survey*, 1.901 efetivamente responderam (14,0% do total). E, com o intuito de minimizar eventuais vieses de autosseleção/autorresposta (típicos desse tipo de levantamento), foi aplicado um procedimento de pós-estratificação/ponderação, utilizando-se os seguintes atributos dos candidatos: sexo, idade, instrução e etapa mais avançada de aprovação no CPNU.

Ressalve-se que as informações de gastos financeiros apresentadas neste apêndice são parciais (pois o *survey* contém vários outros tipos de dados que não são aqui exibidos), bem como são preliminares (pois os dados ainda estão sujeitos a tratamentos/refinamentos posteriores).

Algumas informações que talvez mereçam destaque:

- I) os custos financeiros totais para participar do concurso aumentam substancialmente desde a inscrição até a prova de sentença. Posteriormente à aprovação nesta prova, os custos dos candidatos se estabilizam em um patamar médio de R\$ 35,96 mil (gráfico A.1);
- II) além de se situarem em patamares distintos, os custos dos candidatos que alcançam diferentes etapas do certame são diferentes em natureza. Em relação aos inscritos, os aprovados (habilitados na prova oral) gastaram mais com simulados preparatórios (provas simuladas), com profissionais de apoio à preparação (*coaching*) e com vestimentas (roupas, sapatos, acessórios etc.) (gráfico A.2); e
- III) os responsáveis por arcar com esses custos não variam conforme as distintas etapas alcançadas no concurso. De modo majoritário, quem arca com tais custos são sempre os candidatos, com recursos próprios (e não emprestados) (gráfico A.3).

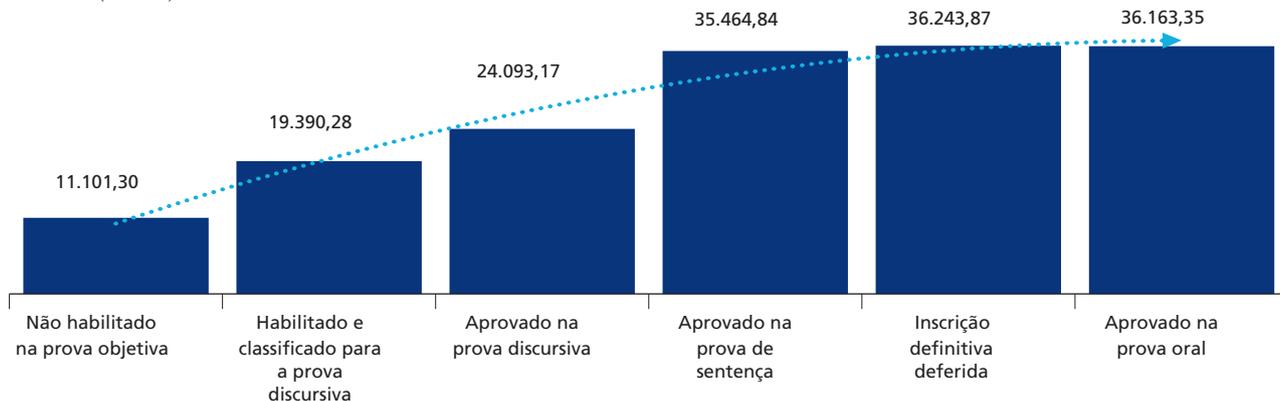
Para além das informações sobre os custos financeiros para participar do CPNU, o *survey* traz informações sobre a participação dos candidatos deste último em outros concursos públicos. Especificamente acerca disso, as seguintes informações talvez mereçam destaque:

- I) no que diz respeito a outros certames para a própria Magistratura do Trabalho (antes do CPNU), os aprovados neste último (habilitados na prova oral) participaram de muitos concursos mais, quando comparados aos inscritos (gráfico A.4);
- II) por seu turno, no que se refere a outros certames na área jurídica (como aqueles para Procurador do Ministério Público do Trabalho, para Auditor da Auditoria Fiscal do Trabalho, entre outros), os aprovados no CPNU (habilitados na prova oral) também participaram de muitos concursos mais, quando comparados aos inscritos (tabelas A.1 e A.2).

GRÁFICO A.1

Custos financeiros totais para participar do 1º Concurso Público Nacional Unificado

(Em R\$)



Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

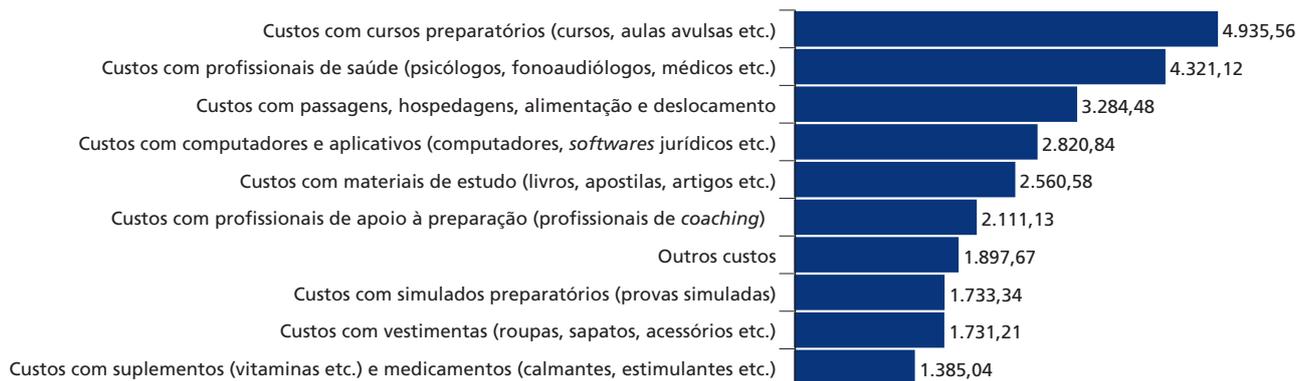
Obs.: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

GRÁFICO A.2

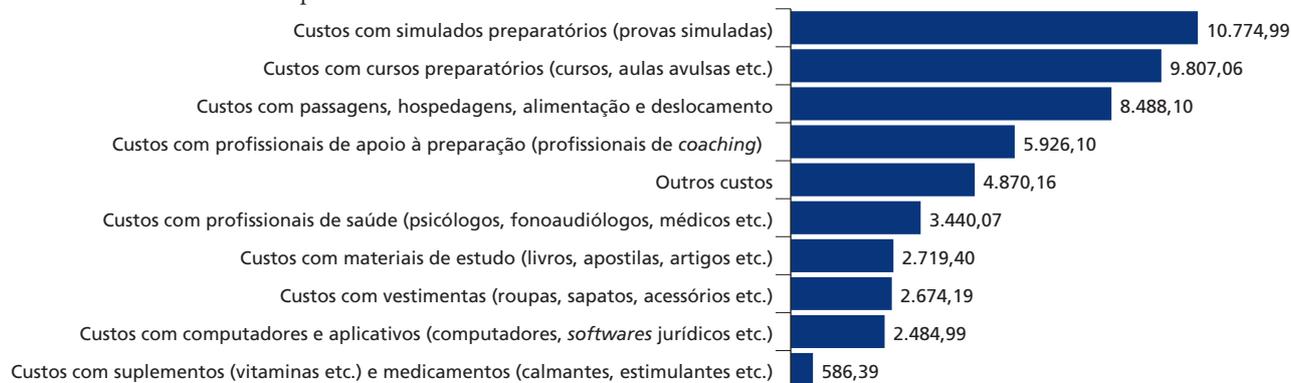
Custos financeiros diversos para participar do 1º Concurso Público Nacional Unificado

(Em R\$)

A.2.1 – Candidatos inscritos



A.2.2 – Candidatos aprovados

Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

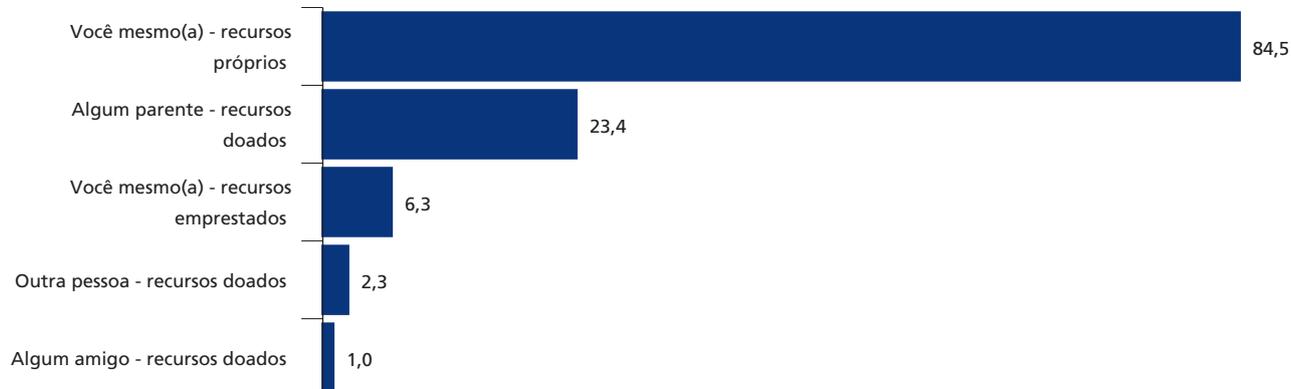
Obs.: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

GRÁFICO A.3

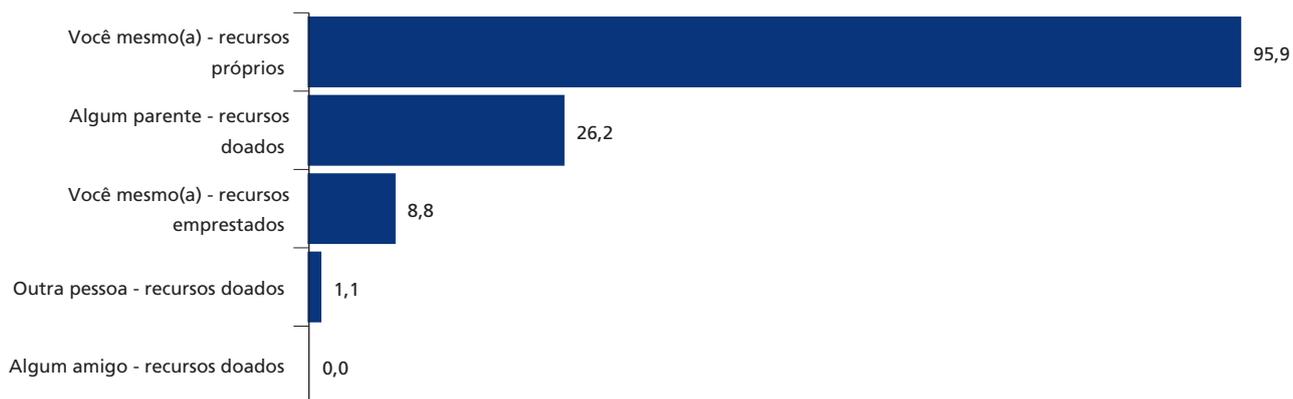
Quem arcou com esses custos financeiros?

(Em %)

A.3.1 – Candidatos inscritos



A.3.2 – Candidatos aprovados



Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

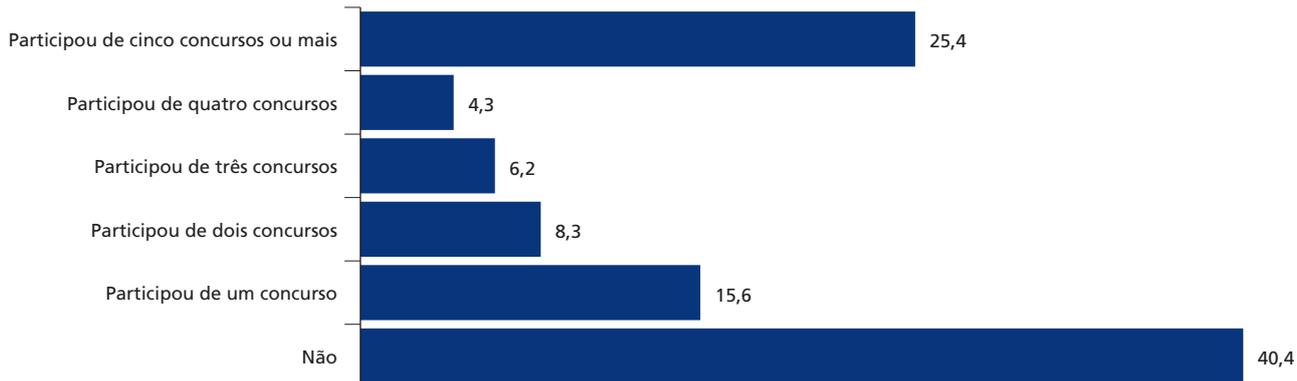
Obs.: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

GRÁFICO A.4

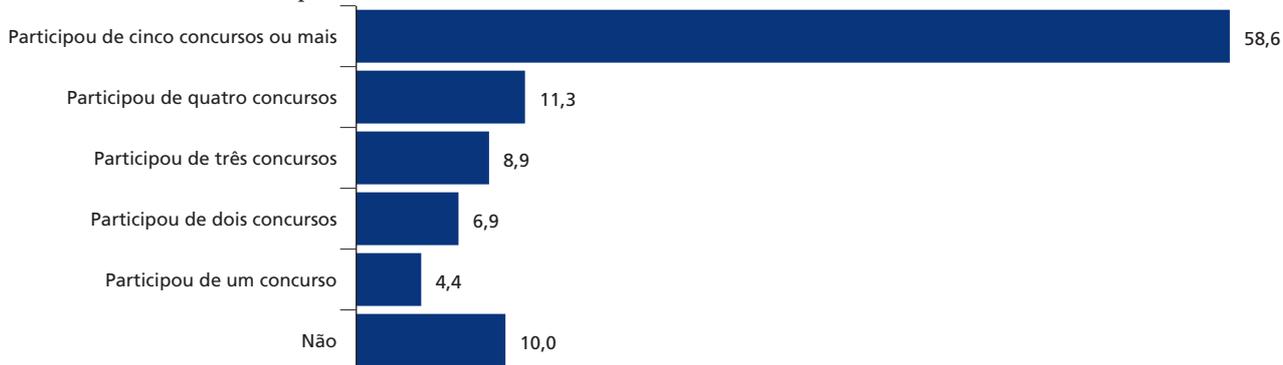
Participou de outros concursos públicos para a Magistratura do Trabalho, antes do 1º Concurso Público Nacional Unificado?

(Em %)

A.4.1 – Candidatos inscritos



A.4.2 – Candidatos aprovados



Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

Obs.: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

TABELA A.1

Participou de outros concursos públicos na área jurídica? Candidatos inscritos

Para procurador do Ministério Público do Trabalho		%
Não		63,9
Sim		36,1
Total		100,0
Para auditor da Auditoria Fiscal do Trabalho		%
Não		92,7
Sim		7,3
Total		100,0
Para analista na Justiça do Trabalho/no Ministério Público do Trabalho		%
Não		48,0
Sim		52,0
Total		100,0
Para técnico na Justiça do Trabalho/no Ministério Público do Trabalho		%
Não		70,5
Sim		29,5
Total		100,0
Outro concurso público na área jurídica		%
Não		40,2
Sim		59,9
Total		100,0

Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

Obs.: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

TABELA A.2

Participou de outros concursos públicos na área jurídica? Candidatos aprovados

Para procurador do Ministério Público do Trabalho		%
Não		40,2
Sim		59,8
Total		100,0
Para auditor da Auditoria Fiscal do Trabalho		%
Não		90,3
Sim		9,7
Total		100,0
Para analista na Justiça do Trabalho/no Ministério Público do Trabalho		%
Não		24,4
Sim		75,6
Total		100,0
Para técnico na Justiça do Trabalho/no Ministério Público do Trabalho		%
Não		61,8
Sim		38,2
Total		100,0
Outro concurso público na área jurídica		%
Não		50,6
Sim		49,4
Total		100,0

Fonte: Microdados do *survey* Enamat-TST/Ipea.

Nota: Microdados amostrais com pós-estratificação (por sexo, idade, instrução e etapa de aprovação no CPNU) e ponderação pelo resultado da pós-estratificação.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Herllyson da Silva Souza

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL